



MINISTÉRIO DA FAZENDA

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 08/09/1999
C	
	Rubrica

525

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10925.000042/97-14

Acórdão : 201-72.677

Sessão : 27 de abril de 1999

Recurso : 103.975

Recorrente : PALMASOLA S/A MADEIRAS E AGRICULTURA

Recorrida : DRJ em Florianópolis - SC

ITR – REVISÃO DO VTN – O VTN fundado em Laudo Técnico afeiçoado aos requisitos do § 4º do artigo 3º da Lei nº 8.847/94, enseja a revisão do valor da base de cálculo do imposto. **ALÍQUOTA – DETERMINAÇÃO** – O tamanho da propriedade é fundamento para a determinação da alíquota com base no grau de utilização efetiva da área aproveitável, sem nenhuma exclusão de área. Restando incomprovado o grau de utilização é de manter-se a alíquota como lançada.
Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: PALMASOLA S/A MADEIRAS E AGRICULTURA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator.**

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1999

Luiza Helena Galante de Moraes

Presidenta

Rogério Gustavo Dreyer

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Ana Neyle Olímpio Holanda, Valdemar Ludvig, Serafim Fernandes Corrêa, Geber Moreira e Sérgio Gomes Velloso.

Lar/ovrs



Processo : 10925.000042/97-14

Acórdão : 201-72.677

Recurso : 103.975

Recorrente : PALMASOLA S/A MADEIRAS E AGRICULTURA

RELATÓRIO

A Recorrente insurge-se contra a base de cálculo e alíquota aplicadas para a exigência do ITR/96. Refere-se a desconsideração de áreas isentas e do grau de utilização efetiva da área aproveitável.

Junta documentos, entre os quais, declaração do INCRA classificando o imóvel como Grande Propriedade Produtiva e Laudo Técnico.

A exigência é mantida, em síntese, sob a alegação de que o Laudo Técnico não supriu os elementos de convicção necessários para o estabelecimento do VTN.

Quanto às aludidas isenções, diz a decisão que a declaração da contribuinte somente indica área de preservação permanente que, na verdade é de reserva legal. Prossegue aluindo, ainda, que a área de extração de madeira não pode ser considerada isenta por não constituir-se em área reflorestada com essências nativas.

Diz, ainda, o julgador que tal área não serve, igualmente, para alterar a alíquota, visto que constitui área para extração futura de madeira. Justificou a alíquota e sua aplicação em dobro pelo grau de utilização zero pelo segundo ano consecutivo.

Prossegue o julgador fazendo extensa análise do Laudo apresentado, rechaçando-o por ter sido elaborado em outubro de 1995, quando a sua referência de estabelecimento de valor deve pautar-se a 31 de dezembro de 1995, nos termos da Lei nº 8.847/94, e por ter sido baseado em levantamento de preços e não no valor específico da propriedade.

Por fim, dá provimento parcial ao recurso, reconhecendo a existência de área isenta, de preservação permanente, de 2.258,0ha.

Irresignada, a contribuinte interpõe o presente recurso voluntário, aduzindo que a alíquota foi mal aplicada, pois considerou a área de reserva legal para enquadrar o imóvel em alíquota maior. Alude ainda, para a determinação do grau de utilização, a distorção do parâmetro



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10925.000042/97-14

Acórdão : 201-72.677

– área aproveitável – por desconsiderar a existência de área de interesse ecológico e de proteção de ecossistemas. O mesmo argumento utiliza para invocar a isenção. Acosta aos autos novo Laudo de Avaliação e de descrição do imóvel.

Instada a manifestar-se, a dnota Procuradoria da Fazenda Nacional propugna pela manutenção do lançamento, nos termos do decisão recorrida.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. L. G. S. M." followed by a stylized surname.



Processo : 10925.000042/97-14
Acórdão : 201-72.677

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ROGÉRIO GUSTAVO DREYER

Como deflui do relatado, a matéria é complexa, constituindo-se as alegações da recorrente, em parte das vezes, em confusão de conceitos e sua aplicação na determinação do *quantum debeatur*.

Por tal, e para melhor entendimento por parte do Colegiado, devo fazer uma digressão sobre o que se contém no processo para o efeito de matéria a ser decidida.

Em exame atento dos autos, percebo que a intenção fundamental da contribuinte é combater o valor da base de cálculo (VTN) e atacar a alíquota aplicada, quer no seu percentual, quer em dobro. Para este último fim, alude aspectos de deferimento de isenção e de aproveitamento da propriedade.

O julgador monocrático repeliu as duas pretensões, mantendo o VTN como tributado e aludindo a perfeita aplicação da alíquota, pelos dois aspectos, em vista do grau de utilização da área aproveitável ter sido inferior a 30% (zero).

Por partes, passemos a analisar a questão do VTN.

Efetivamente, o primeiro Laudo acostado, ainda que exaustivo em vários aspectos de configuração geográfica e agronômica da propriedade, na questão do estabelecimento do VTN considerou como fundamentos para a sua determinação uma pesquisa de preços. Ainda que este critério, no mais das vezes se apresente confiável, há que se considerar os elementos mais detalhados para o estabelecimento do valor específico da propriedade.

Não quero rechaçar, no entanto, o auto por uma das razões esposadas pelo julgador recorrido, qual seja, o de sua feitura em outubro, data anterior ao referencial 31 de dezembro. Entendo que o Laudo, especificamente pautado no exame dos aspectos legalmente estabelecidos e pertinentes ao imóvel, não altera o valor do VTN em dois ou três meses.

Sendo criterioso o levantamento é superável esta questão, até porque não há qualquer garantia de que o Laudo confeccionado *a posteriori* da data referencial, garanta que o valor nele declarado efetivamente é o de 31 de dezembro.





Processo : 10925.000042/97-14
Acórdão : 201-72.677

Superando esta questão, a contribuinte apressou-se a apresentar novo Laudo, tendo neste havido sutil diferença, para menor, do valor do VTN assumido pelo profissional responsável, em relação ao declarado anteriormente. Ressalte-se que o referido Laudo afeiçoa-se, no meu entendimento, aos requisitos estabelecidos no artigo 3º, § 4º, da Lei n º 8.847/94.

Por tal, fundado nesta novel circunstância, reconheço a validade do Laudo apresentado em grau de recurso, para determinar a revisão do valor do VTN com base neste.

Passo, de pronto, a analisar a questão das áreas isentas e os seus reflexos no presente feito.

Não vislumbro qualquer prejuízo a contribuinte neste aspecto. Existem duas circunstâncias amparadoras de isenção, nos termos do artigo 11 da Lei n º 8.847/94. A da reserva legal, admitida, provada e considerada por ocasião do lançamento, objeto da contenda. A de preservação permanente, reconhecida na decisão recorrida, e determinadora de seu provimento parcial. A última, de reflorestamento com essências nativas, igualmente não prospera, por aspectos a serem analisados mais adiante.

A alusão à existência de área de interesse ecológico para a proteção de ecossistemas, além de não estar configurada em nenhum documento acostado aos autos, não obedece ao requisito indispensável estabelecido na norma citada, qual seja o da declaração do órgão competente - federal ou estadual - que ateste a ampliação da restrição, já imposta às áreas de preservação permanente e de reserva legal. Esta providência inescapável, em homenagem à literal interpretação da regra que concede isenção imposta pelo CTN no art. 111, II.

Resta, ainda, argumentar que área denominada imprestável, não está, a contrário do que pensa a contribuinte, albergada por isenção e sim, somente se reflete na determinação da alíquota aplicável, assunto que, aliás, passo a analisar.

Quanto a este, a contribuinte laborou em equívocos insanáveis.

O primeiro equívoco diz respeito ao enquadramento decorrente do tamanho da propriedade. Aduz o contribuinte que, para o enquadramento da propriedade, quanto à sua dimensão, na tabela da determinação das alíquotas aplicáveis, não foram consideradas as áreas isentas.

A tabela usa, como parâmetro básico para a fixação da alíquota o tamanho da propriedade, sem qualquer redução, seja a que título for. As reduções ou consideração de áreas,



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10925.000042/97-14**Acórdão : 201-72.677**

na fixação do percentual da alíquota, somente se aplicam para encontrar o grau de utilização sobre a área aproveitável do imóvel e são consideradas em campo próprio na referida tabela.

Assim sendo, a definição do Grau de Utilização da Terra sobre a área aproveitável do imóvel somente conduz a tributação diferenciada em decorrência da dimensão da propriedade. Quanto maior a propriedade, maior a alíquota aplicada para o mesmo grau de utilização, respeitada a escala de dimensões contida nas tabelas legalmente instituídas.

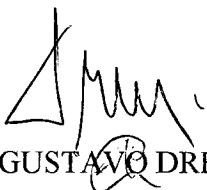
Outro equívoco diz respeito a tabela aplicada. A contribuinte, ao pretender mostrar qual a alíquota correta, mencionou tabela equivocada (III), quando a aplicada no lançamento foi a tabela II, sem demonstrar qual o fundamento para a prática que defende.

Quanto à alíquota em si, não vejo como superar a questão. Efetivamente não há nos autos qualquer comprovação de utilização efetiva da área aproveitável do imóvel que induza a mudar o entendimento do julgador monocrático, pelo que é de se manter a alíquota aplicada no lançamento.

Frente a todo o exposto, voto pelo provimento parcial do recurso, somente para rever o VTN, com base no Laudo Técnico acostado no recurso, mantendo-se, no mais, o lançamento como perpetrado.

É como voto.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1999



ROGÉRIO GUSTAVO DREYER